



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 209 / JANEIRO-FEVEREIRO 2022 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 9 **STML reúne com a CML**
- 10 **Urge o investimento público nos sectores operacionais da autarquia!**
- 12 **Novembro foi mês grande de luta!**
- 14 **A luta saiu à rua em Belém!**
- 17 **Novo regime de teletrabalho não defende os direitos de quem trabalha**
- 18 **Umhas eleições dispensáveis, mas que é preciso não faltar!**



EDITORIAL

Entrados num novo ano, muitos são os desafios que temos pela frente. Destacando desde logo as **eleições legislativas que se realizam a 30 de Janeiro**. A futura composição da Assembleia da República determinará em grande medida o futuro dos trabalhadores da administração pública, do Município de Lisboa em particular, no campo dos salários, direitos e respostas a um conjunto muito vasto de reivindicações e expectativas. Caberá a cada trabalhador o papel insubstituível nos resultados que venham a ser apurados. Uma ideia é certa: **não é inevitável a tese dos baixos salários** que predominam em Portugal, com o salário médio a aproximar-se aceleradamente do salário mínimo, alavancando a dura realidade que aponta o empobrecimento de quem trabalha. **É preciso realmente valorizar os salários dos trabalhadores portugueses!**

Na realidade concreta da cidade de Lisboa, perante um novo Executivo Municipal, muitos são os processos que é premente retomar, nomeadamente sobre a actualização do suplemento de insalubridade e penosidade; definição das regras sobre tele-trabalho; funcionamento da comissão paritária; pagamento às ordens profissionais; regulação dos horários de trabalho; investimento público no campo do recrutamento e rejuvenescimento de pessoal, mas também no plano dos meios materiais e mecânicos, além da melhoria em termos gerais do edificado municipal, cada vez mais degradado, ofendendo neste sentido os direitos dos trabalhadores, para além de degradar a qualidade do serviço público municipal que deve e pode ser prestado à população da cidade de Lisboa.

No universo das Juntas de Freguesia e após as eleições autárquicas de Setembro último, o STML já reuniu com metade das Juntas de Lisboa (12 das 24). Foram iniciados novos processos negociais, ou retomados outros tantos, sempre com a perspectiva imediata de obter respostas e soluções aos problemas que afectam os respectivos trabalhadores. Sublinha-se a perspectiva a curto prazo na celebração de um novo ACEP em Campolide, objectivo que também é comum noutras freguesias. Destaque ainda para a luta consciente e determinada dos trabalhadores-cantoneiros da freguesia de Belém que a 3 de Dezembro se concentraram à porta da sede da Junta, no âmbito de um processo reivindicativo que terá seguramente continuidade nos próximos tempos, tudo dependendo, nesta fase, da disponibilidade do actual Presidente da Junta em sentar-se à mesa com o Sindicato.

Nas empresas municipais, renovam-se as expectativas para 2022 em obter soluções mais de acordo com a vontade dos trabalhadores, contrariando o sucedido nos últimos dois anos, concretamente na EGEAC e na GEBALIS. Em suma, iremos trabalhar no campo dos aumentos salariais que de facto permitam recuperar muito do poder de compra perdido na última década.

Na SRU, continuaremos a pressionar os novos elementos da administração com o propósito de alcançar uma primeira reunião para debater a proposta de Acordo de Empresa (AE) enviada em fins de 2020 pelo STML.

No MARL, depois de iniciado em Novembro o processo negociado para a celebração de um AE, aguardamos para Fevereiro nova reunião. Em todos estes processos, o envolvimento dos trabalhadores será vital se realmente pretendemos alcançar os objectivos a que nos propomos.

Por último, a Direcção do STML deseja a todos os seus associados e respectivos familiares um excelente ano, sabendo que esse horizonte será mais ou menos alcançado na medida exacta da capacidade de cada um compreender a importância de se envolver na resolução dos seus próprios problemas, dando mais força e confiança ao Seu Sindicato.



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 209 – JANEIRO-FEVEREIRO 2022

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Carlos Silva, Henrique Bastos, José Oliveira, Paula Correia, Sandro Roque, Rita Correia e Tiago Lopes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project



Gebalis



SRU LISBOA OCIDENTAL



EGEAC



Mercado Abastecedor da Região de Lisboa

Entramos num ano novo, mas com processos pendentes associados à realidade das empresas municipais. Vários foram os constrangimentos relacionados com a pandemia de covid-19 que atrasaram ou serviram de argumento para não iniciar sequer os vários processos negociais em que o Sindicato esteve envolvido. Um caminho que defraudou largamente as expectativas dos respectivos trabalhadores. As eleições autárquicas de Setembro último só potenciaram uma perspectiva em si já negativa, isto é, de algum desleixo, raro salvas exceções, da parte das administrações destas empresas.

GEBALIS

Depois de iniciado o processo de negociação com o Conselho de Administração (CA) sobre os aumentos salariais para 2021 e da concordância crítica assumida pelos trabalhadores em plenário geral promovido por STML e STAL, eis que uma nova variável, associada aos resultados eleitorais de Setembro, deitou por terra tudo o que se tinha discutido e consensualizado. Até hoje, não se voltou a interagir com o CA, sabendo que foram nomeados novos elementos pelo poder político que assumiu a tutela desta empresa municipal. Da parte do STML, interessa debater com os trabalhadores e depois com os responsáveis da empresa, para quando o início do processo referente aos aumentos salariais para 2022, sempre na expectativa de não repetir o sucedido no ano passado.

EGEAC

Sobre idêntico processo de negociação salarial anual, assistiu-se ao argumentário recorrente das dificuldades financeiras da empresa motivadas pela pandemia, com a quebra do turismo e de receita respectivamente, para não responder nem de perto nem de longe às reivindicações dos trabalhadores. Aparentemente, o CA ignorou o facto que aponta transferências da tutela (CML), em 2020 e 2021, que cobriram na íntegra as quebras apresentadas pela empresa. Para os trabalhadores restaram decisões tardias,

unilaterais, injustas e incompreensíveis. Como tal, foi encerrado o processo negocial de 2021 sem a concordância do Sindicato. Aguardamos, face a alterações na composição do CA, o início do processo de 2022, sabendo que antes deste passo, ter-se-á obrigatoriamente que debater com os trabalhadores os caminhos e as propostas que se devem priorizar para este ano.

SRU

Mantém-se o impasse sobre a negociação de um Acordo de Empresa (AE), cuja proposta debatida e aprovada pelos trabalhadores da empresa foi enviada pelo STML à administração em Dezembro de 2020. As sucessivas mudanças na composição do seu CA poderá justificar em alguma medida este atraso de mais de um ano sem o agendamento de uma primeira reunião, mas não explicará tudo. Da parte do STML, manter-se-á a determinação em levar a bom porto a negociação e, se possível, a celebração formal de um instrumento que a todos serve, ou seja, defendendo os interesses, os direitos e as expectativas dos trabalhadores, defender-se-á igualmente o caminho que aponta uma empresa mais eficaz e produtiva na sua área de missão e intervenção na cidade de Lisboa.

MARL

Iniciado em Novembro último o processo negocial em torno de um AE, aguardamos para o mês de Fevereiro a próxima reunião com o CA, aliás, como acordado inicialmente. Sabendo que se trata de um processo difícil e porventura longo no tempo até à sua concretização, reforçamos a ideia que motiva tanto os trabalhadores como o próprio Sindicato: de uma inabalável determinação em alcançar tão importante instrumento de regulação colectiva, propondo logicamente a melhoria da vida dos homens e mulheres que de facto dão corpo e alma a esta empresa. Não deixaremos, paralelamente, de continuar a debater com os trabalhadores todas as restantes matérias que os constroem ou prejudicam no tempo e no espaço.



Expectativas e certezas para o futuro dos profissionais do RSB...

De tempos a tempos, como é apanágio nos países democráticos, realizam-se eleições para os vários órgãos de soberania e de poder político, as quais, de entre muitos pressupostos, visam eleger os líderes políticos que, em última instância, serão o promontório para mudanças políticas e institucionais que se achem necessárias, isto de forma a melhorar o país, as instituições e a vida dos cidadãos.

As eleições autárquicas realizadas em Setembro colocaram Carlos Moedas como presidente da autarquia de Lisboa. No rescaldo da contagem dos resultados eleitorais, que lhe deu respaldo para um mandato de quatro anos, o agora Presidente da Câmara referiu que, para ele, “a política está a mudar e quer políticos diferentes”. De facto, constituindo-se a mudança e a renovação uma constante na vida, quere-se que estas sejam sempre orientadas e, principalmente, efectivadas para melhor, tendo em devida conta o equilíbrio que se deseja entre as partes envolvidas.

Ainda assim, uma das expectativas geradas é a de que os políticos, no enquadramento dessa mudança, sejam, também eles, diferentes, mas, obviamente, também para melhor, isto seguindo o raciocínio do actual presidente da autarquia. Com a entrada deste novo Executivo, evidentemente que se criam novas expectativas, ou renovam-se as existentes.

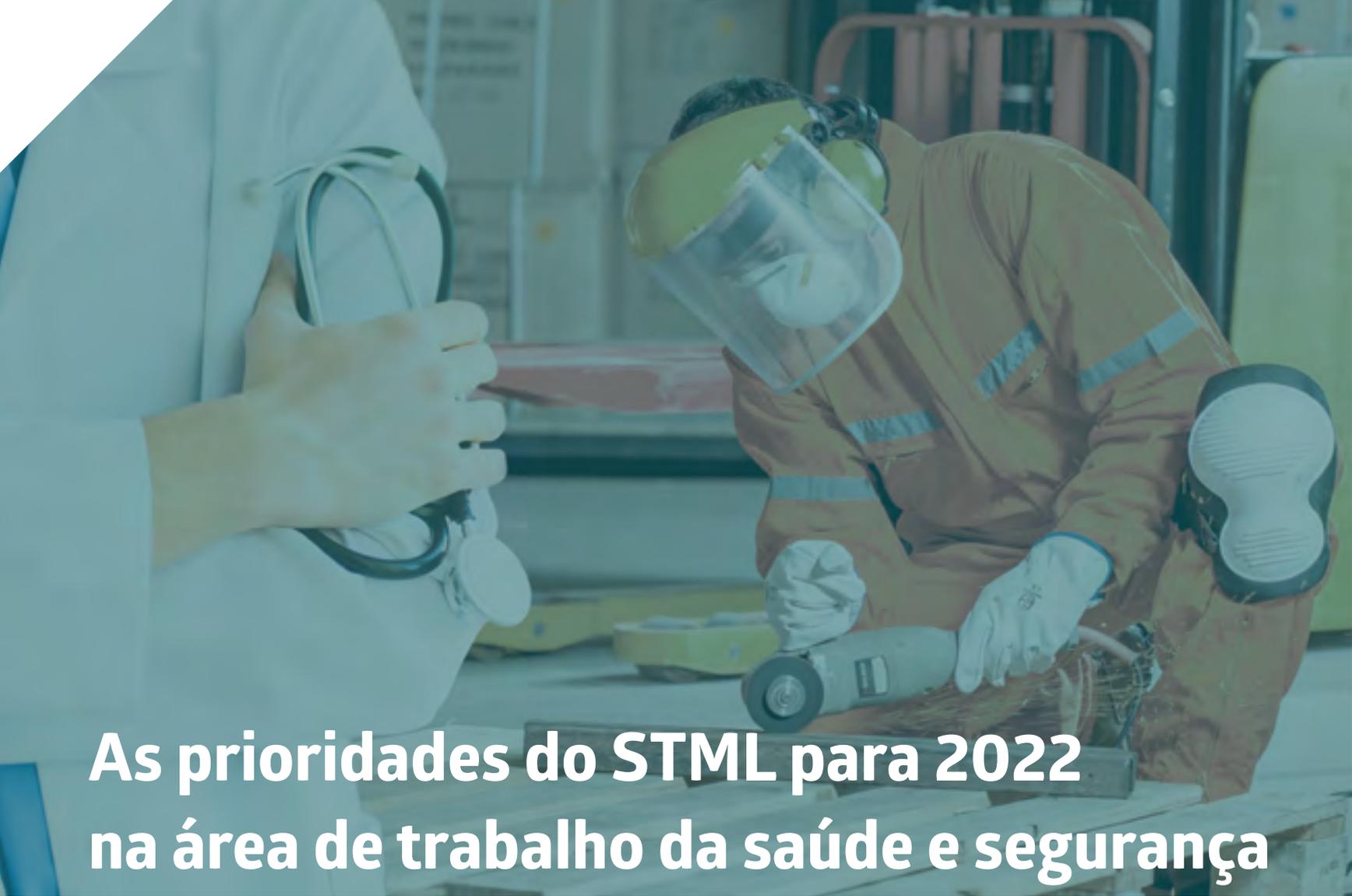
O STML sempre esteve aberto ao diálogo e, com a entrada de uma nova equipa, pensamos que estão reunidas as condições para se desenvolver outras sinergias, as quais possam contribuir para o melhoramento de aspectos que, por várias razões, não correram tão bem nos anteriores exercícios. O próximo mandato autárquico pode, inclusivamente, servir para se desenvolverem novos projectos, que visem a persecução e a consecução de uma estratégia de modernização e desenvolvimento nas

várias dimensões que contemplam o RSB. Pelo menos, é o desejo do Sindicato. Veremos com o passar do tempo se os novos responsáveis políticos da autarquia também pensam e decidem neste sentido.

De facto, muito há para concluir. Há igualmente um tanto para desenvolver, e ainda mais existe para iniciar. Sempre com a esperança que, com um figurino político norteado pelo melhoramento do *socorro*, não conceptualize a grande estratégia para o RSB, nem inicie as suas funções, desligado das reais necessidades dos bombeiros e do *socorro* na cidade de Lisboa. É determinante manter uma estreita relação com os profissionais, particularmente no seu bem-estar pessoal e socio-profissional, sendo para isso que cá estamos. É assim importante perceber que o *socorro* não se concretiza somente com veículos guarnecidos, mas com profissionais motivados, considerados e respeitados, em toda a sua dimensão, destacando, por exemplo, o amplo investimento que deve ser realizado urgentemente na melhoria das condições de trabalho em vários quartéis do RSB.

O STML, para além de eventuais expectativas sobre as visões políticas do novo Executivo para o RSB, saberá, como sempre soube, estar ao lado dos bombeiros sapadores que representa e defende. Aqui reside a nossa certeza, à margem de especulações sobre o que poderá ou não acontecer no futuro imediato, face à chegada de novos timoneiros para a maior autarquia do país.

É também atentos ao país, que a 30 de Janeiro não deixaremos de levar a nossa luta ao voto, procurando alicerçar melhores condições políticas que de facto tenham em consideração os interesses, expectativas e os direitos dos bombeiros profissionais, de Lisboa em particular. Uma responsabilidade à qual ninguém deve virar costas.



As prioridades do STML para 2022 na área de trabalho da saúde e segurança

Estando no início de um novo ano, urge estabelecer metas que dêem aos trabalhadores associados do STML, salvaguardas junto de qualquer das Entidades Patronais envolvidas, que respeitem e defendam a sua integridade física e psicológica no que respeita à Saúde e Segurança no Trabalho.

Temos consciência que esta Área é demasiado vasta para que, com a celeridade que gostaríamos, possamos chegar a todos os locais, analisar todas as situações, acompanhar todas as intervenções, com a brevidade e a contento que os trabalhadores que representamos exigem e merecem. A diversidade de temas que esta Área abarca é de tal maneira grande que em bom rigor, não existe quase nada a nível reivindicativo dos trabalhadores, que não vá entroncar, de forma directa e/ou indirecta, na mesma. Dos salários aos EPI's, das condições físicas e ambientais dos locais de trabalho, aos horários de trabalho semanal e/ou extraordinário, dos fardamentos às instalações, das ferramentas e equipamentos à formação, do SIADAP ao teletrabalho, dos acidentes aos apoios sociais.

O trabalho que nos espera é por isso enorme em extensão e complexo na sua génese, agravado como é do conhecimento de todos, pelos desafios e vicissitudes que o actual estado pandémico determina, potência e agrava.

O que podemos garantir a todos os trabalhadores, isso sim, é que continuaremos a exigir que as Entidades Patronais, quaisquer que elas sejam, cumpram escrupulosamente o que nessa matéria são legalmente obrigadas, não se ficando apenas por figuras de retórica barata e inconsequente, tantas vezes tratando a Saúde e Segurança no Trabalho – SST, como objecto de adorno e de propaganda panfletária, utilizadas a seu belo prazer quando a ocasião o aconselha.

Em véspera de eleições, é bom não esquecer, que existem propostas que continuam a ser reprovadas na Assembleia da República pelo PS, PSD e seus sucedâneos, que impossibilitaram e impossibilitam: a *Regulamentação das Profissões de Desgaste Rápido*, o *Pagamento em tempo das Indemnizações aos Sinistrados do Trabalho* decretadas pelo Tribunal, um *Aumento Geral dos Salários* e a *Revogação do SIADAP*, que atenuem a frustração psicológica com que milhares de trabalhadores da função pública se vêem confrontados diariamente.

Entre as várias medidas que constam do plano de Actividades em SST para o ano de 2022 do STML, salienta-se em súmula o seguinte:

- Reforço de meios humanos e técnicos do DSHS da CML (técnicos de SST, enfermeiros e médicos);
- Definição de medidas para prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- Determinação e afixação de medidas de emergência e primeiros socorros, de evacuação de trabalhadores e de combate a incêndios;
- Cumprimento da lei na regularidade dos exames de saúde obrigatórios e exames médicos, no âmbito da Medicina do Trabalho;
- Realização em tempo útil, de consultas, tratamentos e recuperação de trabalhadores, vítimas de acidente de trabalho e de doença profissional;
- Substituição imediata de qualquer equipamento que ponha em risco a saúde e integridade física do trabalhador;
- Formação para todos os trabalhadores, no âmbito da segurança e saúde no trabalho;
- Verificar as condições de segurança nos locais de trabalho;
- Manter o acompanhamento de aquisição de EPI's e fardamento.

A cronologia que antecedeu a organização do trabalho na Limpeza Urbana durante as festividades do natal e do ano novo



Em Abril deste ano, a Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU) apresentou ao STML a proposta de Mapa de Feriados para 2021. Um atraso de vários meses que o Sindicato criticou de forma imediata.

Contudo, da proposta inicial da DMHU e após auscultação e debate com os responsáveis sindicais do sector (Dirigentes e Delegados Sindicais do STML), o Sindicato apresentou uma contraproposta focada nas épocas do natal e da passagem de ano, visando a salvaguarda dos interesses de cantoneiros e condutores, mais concretamente o seu direito legítimo no campo da conciliação entre a vida pessoal e familiar com a vertente profissional em épocas tão especiais do ano, principalmente quando os dias em causa coincidem com o descanso semanal complementar e obrigatório dos trabalhadores (sábado e domingo).

A contraproposta do STML foi aceite pela DMHU, tendo afirmado em Setembro os responsáveis da Direcção Municipal que apenas carecia de validação pelo Vereador respectivo. Em síntese, o trabalho seria realizado exclusivamente em regime de voluntariado, perdendo assim o seu carácter inicial de obrigatoriedade.

Com os resultados das eleições de 26 de Setembro, o processo arrastou-se compreensivelmente. O STML interpelou em Outubro e novamente em Novembro os novos responsáveis municipais para uma reunião urgente, de forma a debater e encerrar positivamente este assunto, não tendo, porém, obtido qualquer resposta em tempo útil.

Deste modo, chegados a inícios de Dezembro e **não estando garantida** a possibilidade de os trabalhadores optarem por laborar ou não na época associada aos dois feriados (25 de Dezembro e 1 de Janeiro), o STML colocou no dia 9 desse mês um pré-aviso de greve ao trabalho suplementar no período compreendido entre as 0h00 do dia 25 de Dezembro de 2021 até às 6h00 do dia 27 de Dezembro de 2021 e a partir das 0h00 do dia 1 de Janeiro de 2022 até às 6h00 do dia 3 de Janeiro de 2022.

A 10 de Dezembro, a CML, através do Gabinete do seu Vice-Presidente, agendou uma reunião urgente de trabalho com o Sindicato para 13 de Dezembro, visando solucionar o problema que originou o referido pré-aviso de greve. Nesse dia, após muita insistência do STML para a redução do número de trabalhadores a laborar nas duas épocas festivas em causa, a autarquia apresentou a seguinte proposta para o período de Natal e de Ano Novo:

Para o período diurno

- Dias 24 e 31 DEZ – trabalho normal;
- Dias 25 DEZ e 1 JAN – sem trabalho;
- Dias 26 DEZ e 2 JAN – 50% da força de trabalho;

Para o período nocturno

- Noites de 24/25 DEZ e de 31 DEZ / 1 JAN – sem trabalho;
- Noites de 25/26 DEZ e 1/2 JAN – trabalho em regime de voluntariado;
- Noites de 26/27 DEZ e 2/3 JAN – 50% da força de trabalho.



O STML através da sua estrutura sindical (Dirigentes e Delegados Sindicais) conseguiu auscultar num curtíssimo espaço de tempo todos os trabalhadores da higiene urbana (cantoneiros e condutores dos períodos diurno e nocturno), tendo apurado a concordância da imensa maioria face à proposta avançada pela CML.

Neste sentido, a 15 de Dezembro, em nova reunião com o Vice-Presidente da autarquia, onde estiveram também presentes os responsáveis da Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU) e da Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), foi transmitida a vontade dos trabalhadores, tendo-se celebrado uma **acta** com as devidas conclusões e decisões assumidas. Foi assim suspenso o pré-aviso de greve ao trabalho suplementar colocado pelo STML.

Nessa acta, além da definição do trabalho no Natal e Ano Novo (como acima explicitado), ficou igualmente assumido pelo Vice-Presidente da CML, o seguinte:

- Autorização do pagamento do trabalho suplementar do mês de Dezembro acima dos máximos remuneratórios legais;
- Envio para o STML nos primeiros dois meses do próximo ano do mapa de feriados de 2022, para discussão e aprovação, evitando repetir o sucedido em 2021.

Por último, referir que os trabalhadores não perderam o direito aos dias correspondentes às Tolerâncias de Ponto atribuídas pelo Presidente da CML (de 24 e 31 de Dezembro), muito menos as folgas que decorrem do trabalho ao domingo.



ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Afirmando-se os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa (AML) como defensores da “memória da cidade”, certamente será contra produtivo ao novo Executivo camarário pensar que estes são portadores de “fraca memória” e que irão esquecer as promessas feitas pelo anterior Executivo de Fernando Medina. Referimo-nos concretamente ao processo de negociação sobre um edifício único para o AML, integrando as suas várias valências, ainda hoje um pouco desarrumadas pela cidade. Neste sentido, da parte dos trabalhadores e do seu Sindicato, uma certeza firma-se desde já, isto é, o “esquecimento” não faz parte do nosso vocabulário.

Em tempo oportuno, serão debatidas entre o STML e os trabalhadores do AML as prioridades reivindicativas e as estratégias de acção que nos permitam alicerçar junto do novo Executivo e do Vereador da Cultura em particular, os compromissos que nos garantam no futuro imediato as respostas que exigimos, não só de quem trabalha nos Arquivos da CML, mas de todos aqueles que se preocupam com a preservação da história, da memória e da identidade da cidade e da sua população milenar.

MUDANÇA DO ARQUIVO DO ARCO DO CEGO

Sobre o processo de mudança de instalações deste Arquivo, iniciado em Outubro de 2021, pode-se afirmar que a primeira fase da transferência de documentação foi concluída com o fechar do ano. Resta neste momento a reafecção dos trabalhadores do Arco do Cego junto dos diversos núcleos de trabalho do AML. O STML continuará a acompanhar este processo, intervindo sempre que necessário na defesa dos trabalhadores e do serviço público que corporizam.

STML reúne com a CML



A 15 de Dezembro o Sindicato reuniu com a CML, representada na pessoa do seu Vice-Presidente Filipe Anacoreta Correia. Também presente o responsável pela Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH). O propósito desta reunião passou por conhecer e debater algumas das prioridades do novo Executivo Municipal em termos das suas propostas de mapa de pessoal e de orçamento para 2022.

Em termos de enquadramento prévio aos eixos priorizados para 2022 e em linha de continuidade face a anos anteriores, foram transmitidos os pontos de situação sobre:

1. Os vários concursos de ingresso promovidos pela CML nos últimos dois anos, alguns já concluídos, outros na sua fase final;
 - a. Destaque para o concurso de Cantoneiro, havendo neste momento 375 candidatos em prova. Prevê-se realizar a fase de avaliação psicológica entre 15 e 20 de Janeiro. Relembrou-se que se trata de um concurso com 100 vagas e reserva de recrutamento.
 - b. No concurso de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais (CMPVE), existem 70 candidatos em prova para 15 vagas. Tem igualmente reserva de recrutamento.
 - c. No concurso para Coveiro, existem 25 candidatos, com avaliação psicológica agendada para 14 de Janeiro.
 - d. No concurso de Sapador Bombeiro, existem 126 candidatos para 80 vagas.
 2. Referência específica a cada um dos 19 concursos – externos e internos – terminados em 2021;
 3. Os concursos de promoção realizados e concluídos em 2021, nomeadamente para fiscais municipais e chefias do RSB;
- Considerando a média etária dos trabalhadores da autarquia estar situada nos 51 anos de idade, com cerca de 1.663 trabalhadores com mais de 60 anos de idade, urge aprofundar o processo de recrutamento e renovação. Neste sentido, dentro do referido, prevê-se para 2022:
1. A abertura de novos procedimentos concursais para ocupação de 280 postos de trabalho, nas áreas:
 - a. De técnicos superiores de biologia; intervenção social; protecção civil; saúde, higiene e segurança;
 - b. De assistentes técnicos de arquivo e documentação;
 - c. De assistentes operacionais para a educação e cozinheiro;
 - d. Também nas carreiras de enfermeiro e guarda-florestal;
 2. Concluir ainda durante o 1.º semestre do ano, os concursos de promoção nas carreiras especiais de fiscal coordenador municipal; especialista informático; técnico informático; dos implícitos à hierarquia do RSB, além de iniciar os concursos de promoção para subchefe de 1.ª e de 2.ª.
 3. A abertura de procedimentos para encarregado operacional nas categorias ou áreas de mecânico, cemitérios, electricista, jardineiro, obras, higiene urbana, transportes mecânicos. De encarregado geral operacional na categoria de mecânico.
 4. A abertura de novos processos de mobilidade intercarreiras para:
 - a. Técnico superior de administração pública, ciências políticas e sociais (2 vagas); animação sociocultural (1 vaga); área financeira (2 vagas); artes e cultura (2 vagas); ciências da comunicação (1 vaga); ciências da educação (1 vaga); direito (1 vaga); educação física e desporto (1 vaga); engenharia de gestão, projectos e obras (1 vaga); geografia (1 vaga); intervenção social (1 vaga); psicologia (3 vagas); segurança e higiene no trabalho (1 vaga); sociologia (1 vaga);



- b. Assistente técnico de – administrativo (20 vagas) e de desporto (1 vaga);
- c. Carreiras especiais – especialista de informática de grau 1, nível 1 (1 vaga) e técnico de informática de grau 1, nível 1 (3 vagas).

Foi também referido pelo Vice-Presidente da CML, o prejuízo acumulado durante os dois anos de pandemia de 300 milhões de euros, motivado pelos apoios concedidos às empresas e famílias, agentes sociais e culturais da cidade, entre outros. Um cenário financeiro que não deverá obstaculizar as prioridades definidas no campo do recrutamento e renovação do quadro de pessoal.

Outros Assuntos

Considerando estarmos perante um novo Executivo que ainda não conhece e muito menos domina toda a realidade implícita às expectativas e aos direitos dos trabalhadores que o STML representa, sublinhou o Sindicato a importância de se preparar e concretizar a curto prazo uma nova reunião, priorizando, entre muitas outras matérias, a discussão sobre a actualização do suplemento de insalubridade e penosidade; as respostas no âmbito da avaliação de desempenho, nomeadamente pela Comissão Paritária; e o enquadramento, transitório ou mais definitivo, sobre a adopção do teletrabalho.

O STML não deixará em cada momento de defender e exigir respostas e soluções às inúmeras reivindicações que vão crescendo em muitos sectores da actividade do município, algumas arrastando-se há bastante tempo, outras emergindo em consequência da pandemia que há dois anos marca a realidade diária de todos. Como principal preocupação do Sindicato, a defesa dos interesses, direitos e expectativas dos trabalhadores da CML.



Área de trabalho do STML direccionada aos técnicos e técnicos superiores.

O STML ao longo de quase dois anos, tem feito um reforço do acompanhamento de duas carreiras profissionais, nomeadamente, dos assistentes técnicos (e administrativos) e dos técnicos superiores. Desde há muito que trabalhadores destas realidades têm feito chegar as suas queixas a este Sindicato, muitas vezes específicas da sua actividade, outras vezes transversais ao colectivo dos funcionários públicos.

Afirma de forma hipócrita e regular o actual Governo do PS, também os partidos colocados à sua direita (PSD, CDS e outros), a necessidade de valorização salarial destas categorias profissionais. O tal aumento urgente dos salários médios. Ao mesmo tempo, no Parlamento, tudo fazem em sentido contrário ao apregoado.

Se somarmos a este cinismo, a falta de carreiras dignas de esse nome, perfeitamente adjectivadas, a continuidade da precariedade, que o próprio Estado incentiva, a falta de reestruturação processual e procedimentos nos serviços, a ausência de meios digitais actualizados e em número suficiente e ainda o envelhecimento dos trabalhadores nestas categorias, ficamos com um quadro alarmante do que a breve trecho está reservado para a continuidade e qualidade dos serviços públicos.

Por estes e muitos mais motivos, o STML continuará a realizar visitas aos diversos locais de trabalho, muitas delas repetindo essas deslocações com a frequência que cada caso aconselhe ou as situações determinem. Das instalações dos edifícios municipais como o Campo Grande, Alexandre Herculano, Complexo dos Olivais, UIT's, Complexo da Boavista, etc., às Bibliotecas, Centro de Formação e DSHS, das Empresas Municipais às Juntas de Freguesia, entre outros. Prosseguiremos esse périplo que se nos afigura essencial para a defesa dos direitos de todos os que aí trabalham e dão o seu melhor no interesse e salvaguarda dos serviços públicos neste município.

Estaremos também com uma especial atenção ao Teletrabalho, contando com todos os trabalhadores na comunicação das suas dificuldades e do respeito pelas condições de trabalho existentes nessas circunstâncias. Outras duas situações estarão no nosso horizonte e que se prendem com a formação profissional e o famigerado SIADAP. Neste sentido, continuaremos a promover a distribuição de folhetos informativos que sintetizem estas matérias, e o que cada trabalhador pode e deverá exigir em termos legais.

O STML não deixará de apresentar as reivindicações dos trabalhadores em todos os contextos institucionais, seja em reuniões com o Executivo municipal, de Junta de Freguesia ou com o Conselho de administração de uma qualquer empresa municipal, ou mesmo junto do Governo.

Urge o investimento público nos sectores operacionais da autarquia!

Oficina do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM)

Perante um novo Executivo que pouco conhece da realidade implícita aos trabalhadores dos sectores operacionais do município, interessa enfatizar algumas das prioridades para o STML que, em tempo oportuno, as transmitirá aos responsáveis máximos da Câmara Municipal de Lisboa. Neste sentido, um problema transversal a todos os sectores de actividade, é o que se prende com a urgente contratação e renovação de pessoal.

A elevada média etária que hoje é conhecida hipoteca o futuro dos serviços municipais caso este problema não tenha respostas no plano imediato. Acresce o desaproveitamento do conhecimento que é adquirido pelo contacto com o meio de trabalho e, principalmente, no relacionamento entre os trabalhadores mais velhos e experientes com os mais novos. É a denominada formação no local de trabalho, essencial nos meios sectoriais de profissões altamente especializadas como o das oficinas de reparação e manutenção mecânica, dos jardins, dos electricistas, nas brigadas de calceteiros e de colectores ou dos cemitérios, entre outros.

Um outro problema que urge conhecer é o que diz respeito ao investimento nas condições de trabalho, não só em termos de materiais e meios mecânicos necessários ao trabalho diário, mas também intervindo na melhoria do edificado, em muitos casos demasiado degradado e não respeitando as normas em vigor no campo da saúde, higiene e segurança. Casos há muito conhecidos, principalmente envolvendo as instalações dos espaços verdes, mas não só.

Muito há por fazer, em síntese, no que concerne à melhoria da eficácia dos serviços públicos municipais. Resolver e dar respostas às muitas reivindicações dos trabalhadores da autarquia é um passo incontornável no objectivo a alcançar de serviços públicos de qualidade junto da população e da cidade de Lisboa. Uma realidade que dificilmente se entende sem considerar o binómio direitos dos trabalhadores vs. qualidade do serviço público municipal. É por este caminho dual que o Sindicato pautará a sua intervenção, exigindo do actual poder político da cidade, as soluções que urgem, no tempo e no espaço, face às preocupações e anseios dos trabalhadores sob sua alçada.

Trabalhadores da Casa dos Animais de Lisboa (CAL) exigem respostas urgentes aos seus problemas.

Nos últimos meses o STML tem avaliado com os trabalhadores da CAL formas reivindicativas que procurem, no essencial, criar condições para a resolução dos seus problemas, alguns arrasando-se incompreensivelmente há longo tempo. Uma primeira abordagem a estes problemas passou pela recolha de um *abaixo-assinado* que em tempo oportuno (ainda em Janeiro) será entregue ao Presidente da CML. Transcrevemos na íntegra o teor do referido *abaixo-assinado* que até agora já recolheu a concordância da esmagadora maioria dos trabalhadores da CAL.

Assim,

“ Os trabalhadores, abaixo assinados, que prestam serviço na Casa dos Animais de Lisboa (CAL), cansados de verem os seus direitos e condições de trabalho constantemente desvalorizados e diminuídos, para além de sentirem que estão sempre a ser relegados pelos vários Executivos que têm passado pela CML para um segundo plano de prioridades no que diz respeito à sua valorização e aos investimentos que deviam e **não estão** a ser realizados na CAL, vêm exigir a resolução dos seguintes problemas:

No que diz respeito às condições de trabalho,

- Acesso à cozinha existente, que tem todas as condições para a melhor conservação e confecção de refeições, assim como para a limpeza da loiça utilizada. A mesma encontra-se actualmente fechada a cadeado por decisão dos encarregados;
- A melhoria significativa das condições dos balneários (masculinos e femininos), preferencialmente definindo uma nova localização para os mesmos, ou seja, afastando-os da zona de estadia dos animais. Referir que os mesmos se encontram actualmente sobrelotados, além de degradados pela humidade. Apresentam um número insuficiente de WC's e com janelas cujo sistema de abertura e fecho está avariado (encontrando-se as mesmas sempre abertas). Acresce que estes balneários apresentam cronicamente



Oficina do Departamento de Instalações Eléctricas e Mecânicas (DIEM)

- um mau cheiro devido a partilharem a mesma rede de saneamento com o canil e o gatil;
- A melhoria das condições de climatização dos balneários e do abastecimento de água quente indispensável à higiene pessoal dos trabalhadores (banhos);
 - A distribuição de EPI'S em número suficiente e de qualidade, nomeadamente luvas, fatos descartáveis, máscaras com filtro e com protecção bioquímica;
 - A disponibilização de fatos e ferramentas adequadas para lidar com os animais potencialmente perigosos;
 - A melhoria das condições para o Tratador-Apanhador que presta serviço das 0h00 às 8h00, nomeadamente através da disponibilização de uma cadeira mais adequada e confortável do que a de ferro que dispõe de momento;
 - O reforço de pessoal do turno das 0h00 às 8h00 com mais um tratador-apanhador. Este turno só tem neste momento apenas um trabalhador que naturalmente não consegue muitas das vezes fazer face a algumas das tarefas que se lhe colocam;
 - Uma equitativa e justa distribuição dos serviços atribuídos;
 - A afixação da escala de serviço com maior igualdade de distribuição e com um mês de antecedência para vigorar no mês seguinte, tal como determina o n.º 4 da cláusula 12.ª do Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP) em vigor;

No que diz respeito à valorização dos trabalhadores,

- A definição da qualificação do nível alto de Insalubridade ou Penosidade às funções de limpeza de canis e recolha de cadáveres animais.
- Os trabalhadores da CAL exigem ainda que os projectos de alteração/ampliação das instalações sejam do conhecimento prévio dos seus representantes sindicais, também dos seus representantes a nível da Saúde, Higiene e Segurança (RdT's)."

Rede de Bibliotecas Municipais são prioridade para a acção e intervenção sindical do STML

Nos últimos anos o Sindicato tem dedicado especial atenção às bibliotecas municipais, ouvindo e registando os inúmeros problemas transmitidos pelos trabalhadores deste importante serviço público municipal. Sabendo que só conhecendo bem determinada realidade, é possível transformá-la de facto, para além de ouvir e registar, interessa igualmente que os trabalhadores se envolvam na resolução dos seus próprios problemas. Será nesta óptica que o STML irá continuar a intervir, informando, esclarecendo e mobilizando para todos os processos reivindicativos que se decidam oportunos à resolução dos seus problemas ou à procura de respostas face às suas expectativas.

O STML por várias vezes esteve na Orlando Ribeiro, nos Coruchéus, nas Galveias, na Penha de França, em Belém, na Camões, em Marvila e Alcântara, no SATT ou na Hemeroteca. Lá regressaremos, a todos estes locais de trabalho, em 2022.

Alguns assuntos merecem-nos desde já algum tipo de reparo, face ao que fomos registando ao longo do tempo, nomeadamente sobre horários de trabalho; definição e pagamento do trabalho suplementar; reforço de pessoal nas várias carreiras e categorias; investimento na melhoria de condições de trabalho através da assumpção planeada das intervenções no edificado; aquisição de todos os meios materiais ao funcionamento pleno das bibliotecas, desde a renovação e actualização dos respectivos *stocks* de livros e manuais aos equipamentos informáticos e mobiliário, ou ainda ao envolvimento prévio e democrático de trabalhadores e sindicato nos processos de mudança de instalações.

Apesar da cidade de Lisboa ter visto nascer recentemente duas novas bibliotecas, a de Marvila em 2016 e a de Alcântara em 2020, não ignoramos que ao Pelouro da Cultura onde estes equipamentos estão integrados, é recorrente a sua associação de "parente pobre" perante os restantes sectores de actividade do município. Mesmo os novos equipamentos supramencionados, ironicamente já apresentam problemas vários em termos da sua estrutura, conceção ou mobilidade, realçando negativamente a inexistência de uma manutenção eficaz e adequada.

Também não vamos deixar que a memória se evapore no que diz respeito à Biblioteca-Museu República e Resistência e a tudo o que a envolve, concretamente na dimensão do seu espólio, de carácter único e valor incalculável no plano material e histórico-cultural. O mesmo podemos repetir para a Bedeteca, esquecida e desvalorizada inadmissivelmente, ou da Hemeroteca, cujo futuro se desconhece em termos da sua localização para um novo espaço, desejavelmente mais digno e mais seguro. Referimos também o SATT, perante as vontades manifestadas pelo anterior Executivo na sua mudança de local sem, contudo, informar, envolver e ouvir previamente os próprios trabalhadores, numa postura lamentável que esperamos não ver repetida por este novo poder municipal que resultou das últimas eleições autárquicas.

O ano de 2022, no campo das Bibliotecas Municipais e na realidade que envolve os seus trabalhadores, terá no STML um firme e determinado defensor. Não é possível alicerçar serviços públicos de qualidade sem respeitar os direitos daqueles que os corporizam. Será esta a premissa de partida que o Sindicato em tempo oportuno fará chegar ao novo Vereador da Cultura.

Novembro foi mês grande de luta!



A greve nacional da administração pública (AP), levada a cabo no passado dia 12 de Novembro, pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), que o STML integra, contou com uma forte adesão pelos trabalhadores de norte a sul do país e o município de Lisboa não foi excepção!

Nos sectores operacionais da CML, destaca-se a forte adesão nas Oficinas de reparação e manutenção mecânica, também na Higiene Urbana, onde cerca de 70% dos circuitos de remoção ficaram por fazer, sublinhando no período nocturno a adesão de 78% no Centro Operacional de Remoção (Olivais). No Regimento de Sapadores Bombeiros, a adesão foi bastante significativa sendo que em metade dos Quartéis se registaram valores na ordem dos 100%. Na EGEAC, sublinha-se o encerramento do Museu da Marioneta ou a suspensão dos espectáculos previstos em diversos equipamentos culturais. Nos sectores operacionais das juntas de freguesia, principalmente na limpeza urbana, registou-se uma adesão significativa.

Os motivos que levaram à marcação desta forma de luta são conhecidos e compreendidos por todos os trabalhadores. Perante um governo que pouco ou nada assumiu face às principais reivindicações apresentadas pela Frente Comum, não restava outro caminho que não fosse o do protesto e da luta. Urge a criação de condições políticas que de facto respondam aos problemas que em muitos casos se arrastam e se agravam há vários anos.

No centro das nossas exigências está o aumento geral dos salários. Face à proposta do aumento de 90€ para todos os trabalhadores, o governo respondeu com 0,9%! Esta “actualização” salarial é inaceitável para quem há 12 anos está sem qualquer aumento.

Todas as outras importantes reivindicações ficaram sem resposta por parte do governo. A revisão da Tabela Remuneratória Única (TRU) repondo justiça e distinção entre as várias posições remuneratórias; a revogação do SIADAP; a reposição das carreiras profissionais; a identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido; a reposição

da indemnização devida por motivo de acidente de trabalho; a extensão do suplemento de insalubridade, penosidade e risco a todas as actividades e carreiras em que a actividade comporte o aumento de probabilidade de lesão física; a reposição dos escalões de IRS existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troika; a eliminação de todas as formas de precariedade ou a manutenção da ADSE como sistema público reduzindo o valor das contribuições para 1,5% sobre 12 meses.

São muitos os motivos que nos dão razão e força para lutarmos. A greve do passado dia 12 de Novembro, não foi o fim, mas sim a continuação da luta dos trabalhadores em prol dos seus direitos, mas também por serviços públicos de qualidade que podem e devem ser prestados às populações de norte a sul do país.

No dia 20 de Novembro, teve lugar em Lisboa uma grande manifestação convocada pela CGTP-IN. A manifestação teve início no Marquês de Pombal, prosseguindo o desfile de milhares de trabalhadores até à Praça dos Restauradores, onde a Secretária-geral da maior e mais influente Central Sindical portuguesa procedeu à intervenção de encerramento.

Sob o lema “Avançar é Preciso”, muitos milhares de trabalhadores dos sectores privado e público, exigiram inequivocamente o aumento geral dos salários, a erradicação da precariedade ou a defesa da contratação colectiva. Há muito que não se assistia a uma mobilização tão expressiva com a Avenida da Liberdade a transbordar de luta do Marquês aos Restauradores.

Os trabalhadores do sector público, dando continuidade à greve de 12 de Novembro, manifestaram mais uma vez, demonstrando a sua insatisfação pela falta de resposta às suas reivindicações, entre os quais, muitos trabalhadores do município de Lisboa.

A luta em Novembro demonstrou claramente porque foi chumbada a proposta do Governo PS de orçamento do Estado. Caberá agora levar a luta ao voto, elegendo quem melhor nos representa e defende, abrindo caminho a um futuro mais digno para os trabalhadores portugueses, do privado ao público.



Frente Comum relembra durante o Natal as reivindicações do sector público

Realizou-se no dia 21 de Dezembro na Praça D. Pedro IV (Rossio), uma iniciativa da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), com o objectivo de expôr e sublinhar as principais reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública (AP) que mais uma vez ficaram na gaveta do Governo PS de António Costa.

Esta acção de protesto contou com a presença de algumas dezenas de dirigentes e delegados sindicais dos vários sindicatos que integram a FCSAP, entre os quais o STML. Considerando que nos encontrávamos em plena época natalícia, decidiu-se que a iniciativa teria como formato a entrega de “prendas” ao Governo, seja o que se encontra em funções, ou mesmo o que vier a ser formado depois das eleições legislativas de 30 de Janeiro. Neste sentido, foram depositados junto a uma árvore de natal (existente na Praça do Rossio) vários volumes simbolizando as referidas “prendas”, cada uma com a inscrição de uma determinada reivindicação.

A iniciativa da FCSAP, que contou também com a presença da comunicação social, foi encerrada com a intervenção do seu

Coordenador Sebastião Santana que chamou a atenção para a necessidade urgente de respostas aos problemas dos trabalhadores do sector público. Reforçou-se igualmente a importância do investimento público na melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, proporcionando por este caminho, a todos os portugueses, **o acesso com dignidade e qualidade a serviços essenciais como a saúde, a educação, a segurança social ou a justiça.**

Por último, o apelo ao voto nas eleições de 30 de Janeiro, também como matéria prioritária que não pode ser esquecida ou desvalorizada. Dos resultados das próximas eleições legislativas, muito dependerá o tipo de respostas às principais reivindicações dos trabalhadores, concretamente a que passa pela valorização dos salários, em articulação com a revisão da Tabela Remuneratória Única (TRU) e pela revogação do actual sistema de avaliação.

Aos trabalhadores cabe também um papel decisivo neste dia, pelo seu futuro e das suas famílias.

Relembramos algumas das exigências que neste dia foram devidamente embrulhadas em papel festivo:

- Aumento geral dos salários;
- Aumento de 90€ para cada trabalhador;
- Aumento do subsídio de alimentação;
- Redução da taxa da ADSE para 1,5% sobre 12 meses;
- Revogação do SIADAP;
- Eliminação da precariedade;
- Contagem de todo o tempo de serviço em todas as carreiras;
- Reposição e dignificação das carreiras profissionais;
- Regulamentação das profissões de desgaste rápido;
- Reposição dos dias de férias.



A luta saiu à rua em Belém!

Após vários meses de debate com os trabalhadores-cantoneiros de Belém, ficou decidido por larga maioria realizar a 3 de Dezembro um plenário à porta da sede da freguesia. Neste acção de luta, foi aprovada uma resolução por unanimidade (que a seguir transcrevemos na íntegra) entregue aos responsáveis da Junta, além de posteriormente enviada para todos os eleitos políticos com assento na respectiva Assembleia de Freguesia.

RESOLUÇÃO

Os trabalhadores-cantoneiros sob a dependência da Junta de Belém há muito que são confrontados com um conjunto de problemas que diminuem a eficácia e a qualidade do serviço público que prestam à população desta freguesia, como também ofendem os seus direitos, inviabilizando em alguns casos respostas às suas justas e legítimas expectativas.

Acrescenta-se que várias foram as tentativas do seu Sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML), para agendar uma reunião e debater com o actual Executivo da Junta de Belém os problemas que os afectam. Passados vários meses, os problemas mantêm-se e em alguns casos, agravaram-se.

Por outro lado, relembramos,

1. Que em Janeiro de 2020, o Sindicato entregou ao Presidente da Junta de Belém uma proposta de negociação para a celebração de um Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP) visando a melhoria dos direitos dos trabalhadores da freguesia;
2. Até à data, ou seja, passados 22 meses, não houve qualquer desenvolvimento sobre este processo;
3. Assim, os trabalhadores reivindicam a reabertura do processo negocial, defendendo a celebração de um ACEP com o STML, de forma a obterem os mesmos direitos que têm os trabalhadores da Câmara Municipal e de muitas freguesias de Lisboa.

Mais,

- a) Sabendo-se que no horizonte se prevê a mudança para novas instalações, sem se saber, contudo, quando e como, urge no imediato avançar com intervenções não estruturais na melhoria das condições de trabalho do actual Posto de Limpeza;
- b) Urge igualmente melhorar a limpeza e higienização das actuais instalações, matéria que ganha maior importância face ao contexto pandémico que atravessamos;
- c) Na dimensão dos fardamentos e equipamentos de protecção individual, com a chegada do inverno, existe a necessidade de aumentar o número de peças, nomeadamente dos polos e calças;

- d) Não existe formação profissional, matéria enquadrada legalmente e essencial ao desempenho das funções de todos os cantoneiros, principalmente no manuseamento de meios mecânicos ou no uso de produtos químicos;
- e) Interessa respeitar também os dias e horários de descanso, também os dias de folga dos trabalhadores, não se aceitando a marcação de actividades, relacionadas com a saúde ocupacional ou outras, para esses dias e horários;
- f) Existem trabalhadores com vínculos precários que desempenham funções de carácter permanente, pelo que devem ser abertos no imediato concursos públicos de ingresso no sentido da sua respectiva regularização laboral com a celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Pelo exposto, os trabalhadores-cantoneiros dos Postos de Limpeza da Freguesia de Belém reunidos em plenário e concentrados junto à sede da Junta de Freguesia, exigem ao actual Executivo respostas e soluções aos problemas referidos, além do agendamento de uma reunião urgente com os seus representantes sindicais, nomeadamente do STML.

Assumem ainda que, a não ser atendidas as suas reivindicações, decidirão com o seu Sindicato a realização de todas as formas de luta que se considerem oportunas e necessárias propondo a defesa dos seus interesses, direitos e expectativas.

BENFICA

Nos vários contactos realizados nos últimos meses pelo STML com os trabalhadores da freguesia, vários são os assuntos que urge debater com o executivo de Benfica. O problema dos trabalhadores com vínculos precários, em número crescente, merece uma atenção maior. Como máxima prioridade, a reivindicação pela abertura de concursos públicos que objective a regularização contratual de todos os trabalhadores que desempenham funções de carácter permanente seja na limpeza urbana ao espaço público, dos jardins e oficinas, da educação à cultura. Um outro assunto premente é o que se prende com o encerramento do processo negocial iniciado em 2021 para a celebração de um novo ACEP, permitindo aos trabalhadores usufruírem de mais 3 dias de férias com avaliação positiva (via SIADAP). Relembramos que este processo estava praticamente concluído, faltando apenas uma data para a sua assinatura formal. Por último, sublinhamos negativamente o atraso na conclusão das obras no Posto de Limpeza Silva Porto, problema que constrange diariamente os trabalhadores da limpeza urbana, neste momento acolhidos nas instalações do Bairro da Boavista. Para além de muitos terem de almoçar na rua, sem condições mínimas, o local definido como balneário (Piscina do Bairro da Boavista), não dá resposta às suas necessidades, principalmente em termos de espaço disponível, insuficiente face ao número de cantoneiros. Ao fim de quase dois anos, os trabalhadores sentem-se, naturalmente, largamente saturados com esta situação.

ESTRELA

Entre Novembro e Dezembro, o STML realizou vários plenários e visitas aos trabalhadores da higiene urbana, no período diurno e nocturno. Para além de conhecer e identificar os problemas que

mais preocupam e constroem os cantoneiros da Estrela, foi possível igualmente proceder à eleição de um delegado sindical para o período diurno. Em termos gerais, duas situações merecem atenção, nomeadamente a que se prende com a qualidade dos equipamentos de protecção individual, tão propalados na comunicação social por terem a marca “Ana Salazar” mas que na prática não correspondem às exigências diárias do trabalho que é necessário realizar. Um outro problema que nos merece referência é a transferência dos cantoneiros do Posto de Limpeza da Travessa dos Pasteleiros para as instalações contíguas à sede da Junta. Do que se conhece, o espaço diminuto nos balneários tem gerado enorme preocupação, além do número insuficiente de chuveiros e a ausência de condições em termos gerais para acolher o actual número de trabalhadores – homens e mulheres. O STML continuará a intervir junto do actual Executivo de forma a encontrar as melhores soluções para esta situação, envolvendo a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) se tal for considerado necessário.

STML reúne com os Executivos de doze freguesias

Após as eleições de 26 de Setembro, o Sindicato solicitou reuniões a todos os novos presidentes de Junta. Entre Outubro e Dezembro, foi possível iniciar ou reatar processos negociais sobre as reivindicações, expectativas e os problemas que afectam os trabalhadores da **Penha de França, Parque das Nações, Olivais, São Domingos de Benfica, Marvila, Campolide, Lumiar, Santo António, Misericórdia, Campo de Ourique, Carnide e Beato.**

Dos principais assuntos colocados pelo STML, sublinha-se a negociação ou renegociação de um novo ACEP (onde ainda não existe a majoração das férias com mais 3 dias através de avaliação positiva, entre outras matérias); a urgência pela regularização dos vínculos precários com abertura de concursos públicos de admissão de pessoal; um ponto de situação sobre a actualização do suplemento de insalubridade e penosidade, sobre condições de trabalho e construção de novas instalações; sobre a qualidade e quantidade de equipamentos de protecção individual ou sobre a necessidade impreterível de haver formação profissional para todos os trabalhadores.

Destacamos o processo negocial de Campolide, perspectivando-se para inícios de Janeiro a realização da terceira reunião com vista à celebração de um novo ACEP.

Sobre as restantes juntas de freguesia onde ainda não foi possível reunir com os respectivos dirigentes políticos, o Sindicato não deixará de insistir para que tal suceda no menor espaço de tempo possível.

O STML continuará neste sentido a acompanhar a realidade dos trabalhadores de todas as freguesias de Lisboa, exigindo o respeito pelos seus direitos e interesses.



Os Trabalhadores têm direito a envelhecer com direitos

- É possível, é justo e necessário:
- O aumento real de todas as pensões;
 - A melhoria dos serviços públicos;
 - Condições de vida dignas.

Manifestação de 20 Novembro – Avançar é preciso!

Nesta data, a CGTP-IN levou a cabo uma grande Manifestação Nacional com a presença de muitos milhares de trabalhadores de todo o país que se concentraram no Marquês de Pombal e, em seguida, desfilaram pela Avenida da Liberdade até aos Restauradores.

As dificuldades que a pandemia tem imposto à nossa mobilidade, não impediram a presença expressiva dos reformados, tanto os organizados pela Inter-Reformados, como os que acompanharam os seus sindicatos. De uma maneira ou de outra, estivemos representados nessa poderosa acção que levou à rua as reivindicações do Movimento Sindical Unitário. Na mobilização que precedeu a manifestação, a Inter-Reformados insistiu nas reivindicações que há muito defendemos e que são comuns aos trabalhadores no activo, pois a todos chegará o dia em que terminam os seus vínculos laborais. E então, a vida irá continuar com a dignidade sustentada pelos direitos que pudermos e soubermos conquistar.

Tais como:

- Aumento real das pensões;
- Fim ao factor de sustentabilidade;
- Reposição da idade de reforma aos 65 anos;
- O direito à reforma antecipada voluntária, sem penalização, para os trabalhadores com 40 ou mais anos de carreira contributiva, independentemente da idade.

Eleições – O voto dos reformados pode fazer a diferença

1. O voto dos reformados e idosos, pelo elevado peso que têm na nossa população, irá contribuir fortemente para definir a composição da próxima Assembleia da República (AR) e, em consequência, para uma nova solução governativa que possa e queira dar resposta aos problemas do povo e do país.
2. É pois da máxima importância que todos votem e que façam escolhas com base na observação das propostas dos partidos,

à luz do seu conteúdo, mas sobretudo da sua prática ao longo dos anos, seja no Governo ou na AR, prática essa muitas vezes em flagrante contradição com as promessas em tempo eleitoral. Há que lembrar quem tem estado sempre ao lado dos trabalhadores, nos bons e maus momentos, ao lado dos que menos têm e vivem apenas do seu salário ou pensão; que apoiam as suas lutas nas empresas, nos serviços públicos, na rua ou na AR, com propostas de lei que visam a melhoria de salários, o aumento efectivo das pensões, o fim da precariedade laboral, o reforço do SNS, a defesa e melhoria dos serviços públicos.

3. Depois da pilhagem a que foram submetidos nos anos da “troika”, os reformados puderam recuperar alguns dos seus direitos nos últimos seis anos, porque houve quem lutasse todos os dias, dentro e fora da AR, sem desfalecimento, por uma outra política que colocasse os direitos sociais no centro do debate.
4. Sendo a relação de forças favorável e o governo minoritário, este foi obrigado a ceder, muitas vezes a contra-gosto, nalguns domínios que permitiram a recuperação parcial de rendimentos e melhoria das condições de vida. Mas manietado pelo poder do grande capital e pelo rígido enquadramento da UE, ficou sempre aquém do que seria necessário para aproximar os indicadores sociais das médias europeias e arrancar o país da estagnação e endividamento que os 20 anos de moeda única lhe impuseram, situação agravada com a ocorrência da pandemia.
5. Até que entendeu ser oportuno desfazer-se de compromissos e tentar a maioria absoluta. É neste ponto que estamos e o mais são malabarismos para enganar quem ande muito distraído e se deixe influenciar pela campanha mediática de vitimização.
6. Votar é preciso! E é preciso recordar que as maiorias absolutas foram sempre gravosas para os trabalhadores.

Novo regime de teletrabalho não defende os direitos de quem trabalha

A entrada do ano 2022 trouxe um novo regime do teletrabalho, que foi estabelecido pela Lei n.º 83/2021, de 6 de Dezembro. Com as “necessárias adaptações”, a nova legislação tem aplicação na administração pública, central, regional e local, onde o teletrabalho se disseminou rapidamente nos últimos dois anos, por conta das medidas de confinamento que foram adoptadas para conter a disseminação da pandemia da covid-19.

Sabemos que no universo da CML, também das empresas municipais, há uma percentagem bastante elevada de trabalhadores em teletrabalho, atingindo naturalmente os seus máximos nos períodos em que esta forma de organizar o trabalho revela um carácter obrigatório. Torna-se por isso, um tópico sensível que revela uma dicotomia favorável-desfavorável difícil de ignorar.

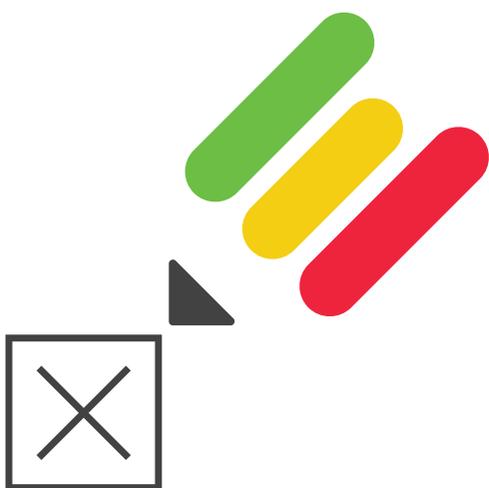
Muitos trabalhadores que desempenham funções compatíveis com o teletrabalho descobriram vantagens nessa nova forma de trabalho que os livra das deslocações diárias, reduzindo a despesa com o combustível, o passe e as refeições, ao mesmo tempo que parece dilatar o tempo disponível, que podem gerir como melhor lhes convém, etc.. Mas rapidamente se aperceberam que nem tudo são rosas: a poupança em deslocações e refeições pode não compensar o acréscimo de despesas em equipamentos informáticos, telecomunicações, energia, água, etc.; trabalhar em casa rodeado da família pode revelar dificuldades inesperadas, consoante a dimensão e as condições da habitação, o número e a idade dos filhos; a diluição do horário de trabalho abre caminho para abusos; a falta de formação adequada, bem como a ausência de interações com os colegas e o isolamento são para muitos trabalhadores uma fonte de angústia, com impacto negativo no seu desempenho e produtividade, entre outros problemas.

Resumindo, a institucionalização apressada e generalizada do teletrabalho, sem planeamento, preparação, avaliação e validação pelos trabalhadores e os empregadores trouxe à tona vários problemas que não encontram resposta na nova lei, por falta de regulamentação clara e consistente.

Sabemos que as lacunas são terreno fértil para abusos, conflitos e “amargos de boca”, por isso os trabalhadores devem tomar consciência do que é ou define o regime do teletrabalho, antes de tomarem qualquer decisão. Também sabem que o STML está sempre disponível para informar e esclarecer as dúvidas dos trabalhadores e para defender os seus direitos.

Sublinhamos que o regime de teletrabalho não pode ser imposto ao trabalhador e a sua recusa não tem de ser fundamentada; a implementação do teletrabalho depende da existência de um acordo escrito e assinado, onde devem constar obrigatoriamente algumas especificações (local, período e horário de trabalho de trabalho, actividade prestada, propriedade dos instrumentos de trabalho, responsabilidade pela sua instalação e manutenção, etc.); esse acordo pode ser de duração determinada ou indeterminada, sendo sempre reversível, pelo menos teoricamente, pois no quadro de relações laborais precárias tudo tende a complicar-se.

Por todas estas razões e outras que ficaram por enumerar, o STML considera que o teletrabalho deve ser reconhecido como uma forma de prestação do trabalho excepcional e como tal deve ser cuidadosamente regulamentado e remunerado. Considerando que esses objectivos não foram ainda alcançados, a ação reivindicativa e a negociação colectiva assumem um papel absolutamente fundamental, pelo que temos de estar atentos e disponíveis para todos os processos que impliquem a defesa dos nossos direitos.



ELEIÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

30 JANEIRO 2022

Umas eleições dispensáveis, mas que é preciso não faltar!

Ao contrário daquilo que o Governo em funções e o Presidente da República sustentaram, com o indispensável apoio da generalidade da comunicação social, o chumbo da proposta de Orçamento do Estado para 2022 não tornavam inevitáveis a queda do Parlamento nem a convocação de eleições legislativas antecipadas. Mas, outros interesses se levantaram e, agora, é preciso mobilizar-nos e não faltar ao voto a 30 de Janeiro.

A crise política em que o país mergulhou no final do ano passado, e que António Costa e o PS não se cansam de imputar a outros, tem dois responsáveis directos: os próprios, primeiro-ministro e o PS, e o Presidente da República. Este último porque, ao aferir das tensões já presentes à esquerda com o desempenho do Governo, colocou a aprovação do Orçamento do Estado (OE) para 2022 como condição impreterível para a prossecução da legislatura. Os primeiros porque, como se torna cada vez mais claro no discurso de campanha de António Costa e da generalidade do aparelho do PS, a ambição de obter uma maioria absoluta é mais do que muita, sobretudo quando em causa estão os muitos milhões do Plano de Recuperação e Resiliência, a “bazuca” como lhe chamou Costa, que caberá ao próximo governo administrar.

Haverá ainda quem pense que o PS foi a vítima em toda esta conjuntura política, dando como honestas as palavras de Costa que, segundo o próprio, tudo fez para convencer a esquerda com aquilo que considerou “o mais progressista dos OE”. Em bom português, tudo “balelas”! Costa omite que, sobretudo nos últimos dois anos, tem feito sistematicamente tábua rasa dos compromissos que acordou à esquerda, nomeadamente com o BE, PCP e PEV. Aliás, e os números não mentem, a esmagadora maioria das iniciativas legislativas do PS na última legislatura têm sido apoiadas esmagadoramente pelo PSD. Sendo assim, será que havia mesmo uma “geringonça” de esquerda ou, afinal, tudo não passava de um “bloco central” encapotado?

Será um exercício muito curioso para o leitor se, ao longo dos últimos seis anos, juntar todas as edições do nosso boletim e contabilizar as vezes a que dedicámos matérias a denunciar a parca ambição das medidas governativas em prol da recuperação de rendimentos e direitos dos trabalhadores. Ou o modo como o Governo PS se socorria quase sempre da muleta PSD para prosseguir a política de direita que, sejamos honestos, sempre esteve na sua genética. Exemplos? Que tal o Código do Trabalho, nomeadamente a permanência da regra da caducidade da contratação colectiva; ou a tentativa constante de fazer confundir descongelamento de carreiras com aumentos salariais, numa matéria que nos diz directamente respeito enquanto trabalhadores da administração pública e local.

Claro que não negamos importantes conquistas que os trabalhadores e o povo conseguiram ao longo destes anos, sobretudo revertendo muitas das políticas de esbulho da troika internacional e do seu governo-fantoches encabeçado por Passos Coelho e Paulo Portas. Afinal, foram os trabalhadores e o povo que, nas eleições de 2015, impuseram com o seu voto uma maioria capaz de derrotar a coligação de direita.

Contudo, e no balanço final daquilo que se definiu como “geringonça”, demasiado ficou por fazer. E o grande responsável foi António Costa e o PS.

Consideramos, portanto, como dispensáveis estas eleições. As linhas de diálogo à esquerda não estariam fechadas se o PS não tivesse dramatizado taticamente o chumbo do OE. Era possível viver mais uns tempos sem o documento, continuar a negociar (sobretudo se com vontade e honestidade) e não comprometer o futuro do país, mesmo neste tão exigente cenário de crise sanitária.

Portanto, no dia 30 de Janeiro, quando exercer o seu direito de voto pense bem, reflecta e não se deixe chantagear por quimeras nem manipular por mistificações. Esta crise política era evitável, mas o seu voto, em consciência, não é.

Estamos de luto, mas não abandonamos a luta!



Rui Ribeiro
1961-2022

No passado dia 6 de Janeiro faleceu Rui Ribeiro, membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa. No próximo dia 3 de Maio completaria 61 anos de vida. Deixa-nos cedo de mais. Trabalhou na limpeza urbana da CML, assumindo nos últimos anos funções de assistente técnico no Cemitério de Carnide.

Foi uma morte inesperada, deixando um vazio enorme no seu Sindicato de sempre. O Rui sempre esteve do lado certo da barricada, nunca baixando os braços na luta permanente que o caracterizou em vida, sempre em defesa de quem trabalha, contra os abusos, as prepotências e a exploração. Lutou por um país mais justo e solidário!

Na vida que abraçou em torno do STML, foi eleito pelos seus pares para Delegado Sindical em 2010, sendo novamente reeleito em 2013. A partir de 2013, integra a Direcção do Sindicato como Dirigente, sendo novamente reeleito em 2021. Não chega a cumprir um ano de mandato quando a famigerada morte lhe bate à porta.

Foram muitos os familiares, amigos e camaradas que lhe prestaram a última homenagem no dia 11 de Janeiro, quando se choraram as últimas despedidas. Sinónimo do seu reconhecimento, também as múltiplas expressões de pesar e solidariedade que chegaram ao STML, desde a CGTP-IN, à União de Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP-IN), ao STAL, SINTTAV, Inter-Reformados de Lisboa, União Sindical de Torres Vedras, SEP, entre outras organizações do Movimento Sindical Unitário.

Resta-nos agora continuar o seu caminho, de uma dedicação abnegada, honesta e determinada, firme e corajosa por uma vida e um futuro mais dignos para quem trabalha.

A Direcção do STML, em nome de toda a sua estrutura sindical, lamentando profundamente a perda irreparável de um dos seus, dirige à família do Rui Ribeiro – a esposa Florbela, o filho João e a filha Catarina –, os seus mais sinceros e sentidos pêsames.

Cá estaremos, cá continuaremos ao teu lado erguendo com a tua memória, o mundo que desejamos e pelo qual lutamos, sempre do lado certo da barricada!

Mulheres e revolução

Maria Velho da Costa

Elas fizeram greves de braços caídos. Elas brigaram em casa para ir ao sindicato e à junta. Elas gritaram à vizinha que era fascista. Elas souberam dizer salário igual e creches e cantinas. Elas vieram para a rua de encarnado. Elas foram pedir para ali uma estrada de alcatrão e canos de água. Elas gritaram muito. Elas encheram as ruas de cravos. Elas disseram à mãe e à sogra que isso era dantes. Elas trouxeram alento e sopa aos quartéis e à rua. Elas foram para as portas de armas com os filhos ao colo. Elas ouviram falar de uma grande mudança que ia entrar pelas casas. Elas choraram no cais agarradas aos filhos que vinham da guerra. Elas choraram de ver o pai a guerrear com o filho. Elas tiveram medo e foram e não foram. Elas aprenderam a mexer nos livros de contas e nas alfaias das herdades abandonadas. Elas dobraram em quatro um papel que levava dentro uma cruzinha laboriosa. Elas sentaram-se a falar à roda de uma mesa a ver como podia ser sem os patrões. Elas levantaram o braço nas grandes assembleias. Elas costuraram bandeiras e bordaram a fio amarelo pequenas foices e martelos. Elas disseram à mãe, segure-me aqui nos cachopos, senhora, que a gente vai de camioneta a Lisboa dizer-lhes como é. Elas vieram dos arrabaldes com o fogão à cabeça ocupar uma parte de casa fechada. Elas estenderam roupas a cantar, com as armas que temos na mão. Elas diziam tu às pessoas com estudos e aos outros homens. Elas iam e não sabiam para aonde, mas que iam. Elas acendem o lume. Elas cortam o pão e aquecem o café esfriado. São elas que acordam pela manhã as bestas, os homens e as crianças adormecidas.

excerto de "Mulheres e revolução"
in *Cravo*, Lisboa, Moraes Editores, 1976



Maria Velho da Costa (1938-2020)

Foi presidente da Associação Portuguesa de Escritores (APE) e dirigiu a revista literária *Loreto* (1978-1988). Lecionou em Londres entre 1980 e 1987 e foi adida cultural da Embaixada de Portugal em Cabo Verde, entre 1988 e 1990. Estreou-se com um livro de contos, *O Lugar Comum*, mas só após a publicação de *Maina Mendes* inauguraria na escrita contemporânea uma poética romanesca original. Com a colaboração, ao lado de Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno, nas *Novas Cartas Portuguesas*, obra reprimida pela censura (que valeu, inclusive, às autoras a instauração de um processo que terminou em absolvição depois do 25 de Abril) e largamente difundida a nível internacional, o seu nome ficou celebrizado dentro de um registo de exaltação do corpo, de libertação feminina e de denúncia das hipocrisias e repressões do mundo social. A publicação de *Casas Pardas* em 1977 confirma a aventura romanesca como uma das mais subversivas da actualidade. Foi distinguida com o Prémio Cidade de Lisboa, por este romance, com o Prémio D. Dinis, por *Lucialima* (1983) e com o Prémio de Novela e Romance da APE, pelo romance *Irene ou o Contrato Social* (2000). Em 2002 foi distinguida com o Prémio Camões e, no ano seguinte, foi condecorada com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. Em 2011 recebeu a condecoração de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade e, em 2013, o Prémio Vida Literária da APE.

[Proposta enviada ao Corpo Redactorial d'O Trabalhador do Município de Lisboa
pela associada Célia Fernandes, assistente operacional na área da educação da CML]

Relembramos que este espaço é disponibilizado aos associados. Aqui poderão divulgar as suas aptidões para a poesia, quem sabe para uma opinião crítica sobre os problemas que marcam o nosso tempo, ou até para alegorias nas suas várias expressões. Quem aceitar o desafio, poderá remeter as suas propostas para stml@stml.pt ao cuidado do **Corpo Redactorial d'O Trabalhador do Município de Lisboa**. Ficamos a aguardar os vossos contributos.